

-----**ACTA NÚMERO 6/2012**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E
DOZE.**-----

-----Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e doze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, com a presença dos Senhores Vereadores: Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Rui Alberto Pereira Caetano, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Eng. Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves, Dr. Lino Ricardo Silva Abreu, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Dr. Eduardo Pedro Welsh, Eng. Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves e Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade. Presente como Secretário o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, Director do Departamento Administrativo.--

-----Verificado o quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciou-se este período com a intervenção do Senhor Vereador do CDS/PP, Lino Abreu,

sugerindo, face à presença na Madeira da responsável nacional pelo Banco Alimentar, que a Câmara deveria reunir com essa entidade.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que estivera reunida ontem com a sua Presidente, Dra. Isabel Jonet, e que mesmo antes da sua deslocação à Madeira já a Câmara tinha sido consultada.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, este Vereador pediu esclarecimentos sobre a suspensão do Plano da Praia Formosa.-----

----- - Respondeu o Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, dizendo que as orientações que estão a ser transmitidas à equipa responsável pela revisão do PDM é de incluir o Plano da Praia Formosa no PDM, com todos os parâmetros que agora estão em vigor.-----

----- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, acrescentou que, provavelmente, em Abril a Câmara deverá ter a primeira versão da revisão do PDM, onde o Plano da Praia Formosa virá incluído.-----

-----Referindo-se em seguida à Estrada Conde Carvalhal, o mesmo Vereador perguntou para quando está prevista a sua pavimentação.-----

----- - O Senhor Vereador Costa Neves, do PSD, explicou esta situação dizendo que foram executadas todas as redes novas, estando a aguardar-se o assentamento das valas durante algum tempo, ficando para o início do Verão a sua asfaltagem integral.---

-----Em seguida, pronunciando-se sobre a medida anunciada pela Autarquia no sentido de facultar aos desempregados que não recebem subsídio de desemprego e rendimento de inserção social, ocupação temporária de trabalho e formação parcial, o Senhor Vereador Lino Abreu disse querer saudar esta iniciativa, expressando desta forma a sua satisfação.-----

-----Terminando a sua intervenção apresentou um **Voto de Louvor ao Arquitecto Paulo David pela Atribuição da Medalha Alvar Aalto**, cujo texto se transcreve”-----

---“Paulo David é, indiscutivelmente, uma das figuras mais marcantes da arquitectura portuguesa e internacional contemporâneas. Várias vezes premiado internacionalmente, nomeadamente com o prémio Fad de Arquitectura Ibérica pelo Complexo das Salinas, em Câmara de Lobos, ou com a nomeação para o Prémio Europeu de Arquitectura Contemporânea Mies Van de Rohe, Paulo David foi agora homenageado com a medalha Alvar Aalto na Gala Capital World Design, realizada no hall Sibelius de Lahti, na Filândia. A Medalha Alvar Aalto é atribuída a um arquitecto ou escritório de arquitectura em reconhecimento de um contributo significativo para a arquitectura. O prémio deve merecer, deste Município em representação de todos os funchalenses, um voto de louvor pelo reconhecimento do trabalho, mérito, empenho e qualidade deste ilustre madeirense. Numa época de crise, é fundamental exaltar o mérito de quem o tem, para, através dessa exaltação pública, mostrar a todos que temos

capacidades para dar a volta à crise, desde que haja vontade individual e que essa vontade se traduza posteriormente em empenho colectivo. Paulo David é, de facto, um bom exemplo e por isso mesmo, a Câmara Municipal do Funchal, aprova um voto de louvor pelo reconhecimento internacional de Paulo David, em prol do seu trabalho, dedicação e entrega a uma actividade cultural da maior relevância. Com o seu mérito, o arquitecto contribui para aumentar significativamente a notoriedade internacional positiva da nossa comunidade, contribuindo, ainda, para enriquecer sobremaneira o nosso património colectivo”.-----

--- - Colocado à votação, foi unanimemente aprovado.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador do PND, Eduardo Welsh, abordou a questão do aterro, solicitando informação sobre o projecto do paredão, nomeadamente se a Câmara fora ouvida.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, informou que a Câmara emitiu parecer positivo a todos os projectos das ribeiras, à excepção do projecto para o aterro, onde inclusive apontou a possibilidade de ampliação do molhe da Pontinha.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, começou por levantar a questão do corte de fornecimento de água à Ilma, fazendo sentir que a empresa está em dificuldades, estando mesmo com salários em atraso e que este corte pode significar o seu fim, bem como dos postos de trabalho dos seus trabalhadores.-----

----- - O Senhor Vereador Costa Neves, do PSD, explicando a

situação, disse: “todas as semanas a Câmara suspende o fornecimento a dezenas de consumidores. A Ilma não pagou nada em dois mil e onze. A empresa pediu em Dezembro para que a autarquia aguardasse até quinze de Janeiro, não tendo sido efectuado, até à presente data, qualquer pagamento. A empresa pode pedir para pagar em prestações apresentando uma garantia do valor em dívida, e disso já foi informada.”-----

-----Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador da CDU, abordou a problemática gerada à volta da tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, questionando a situação.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, esclareceu que nas câmaras municipais a competência para decidir é do seu presidente. Assim, atendendo à importância desta quadra no turismo, restaurantes e na economia da cidade, o Presidente da Câmara determinou a tolerância de ponto na Terça-feira de Carnaval.-----

-----De seguida, este Vereador deu conta dum problema levantado pelos moradores da Penteada sobre o encerramento da peixaria do Mercado.-----

----- - Respondendo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que já foi aberto concurso na penúltima reunião de Câmara para a sua concessão.-----

-----A concluir a sua intervenção, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, referenciou o caso dos vendedores ambulantes que estavam na rua e foram colocados no interior do Mercado. Disse

que, agora, a Câmara irá abrir concurso para esses locais frustrando as expectativas dos mesmos. Em seu entender, deve ser encontrada uma solução para estes vendedores.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que estes vendedores foram realojados no Mercado, e quando só poderiam lá estar um ano sem concurso estiveram três. A Câmara terá assim de regularizar a situação, que até oferecerá melhores condições de estabilidade aos comerciantes.-----

---Nesta altura, o Senhor Presidente deu entrada na sala, passando a presidir os restantes trabalhos.-----

Assuntos Diversos: - Foram apreciados e votados os assuntos seguintes, que não foram incluídos na Ordem do Dia.-----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS – REGIME EXCEPCIONAL DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Nº12/2011/M: - Considerando a informação do Departamento de Contratação Pública (refª 04/D.C.P./12), relativa ao assunto supra referenciado, a Câmara tomou, por maioria, com abstenção do PND e CDU, a seguinte deliberação: “a) Os pedidos que venham a ser feitos para liberação de cauções ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 12/2011/M), após vistoria, serão liberados em metade da caução prestada; b) A liberação será feita preferencialmente na parte relativa ao reforço da caução”.-----

RENOVAÇÃO URBANÍSTICA DA ESTRADA MONUMENTAL, INCLUINDO CICLOVIA – RECUSA DE VISTO – ABERTURA DE NOVO CONCURSO PÚBLICO: - A Câmara tomou conhecimento da

recusa do Visto do Tribunal de Contas ao contrato da empreitada de “Renovação Urbanística da Estrada Monumental, incluindo Ciclovia”, constante da “Decisão número 2/FP/2012, de 31 de Janeiro de 2012”, tendo deliberado, por unanimidade, tendo por base a informação do Departamento de Contratação Pública (refª 07/D.C.P.), abrir novo concurso público.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Temporal de 20 de Fevereiro de 2010 – atrasos na reconstrução**: - Relacionado com o assunto em epígrafe, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, fez uma intervenção onde solicitou esclarecimentos às questões enunciadas no documento que se transcreve:-----

---“São praticamente passados dois anos desde o temporal de 20 de Fevereiro de 2010 que tão profundas marcas deixou na paisagem e na memória das populações. São dois anos de atrasos, retrocessos, incumprimentos. Dois anos em que muito continua por fazer. Continuam a existir famílias por apoiar, continuam habitações por recuperar, encostas e escarpas por consolidar, zonas de protecção por definir, muralhas de protecção às habitações por construir. O processo de reconstrução, continuamos a afirmar, foi desastrado e descoordenado. Continuou-se a afunilar ribeiros e outros cursos de água (Lombos,

Estrada Regional junto ao Estaleiro da Tecnovia, Livramento/Estrada Luso-Brasileira, etc...), canalizaram-se ribeiros para levadas (Estaleiros da Tecnovia), continuam por construir muros de protecção em diversas zonas e localidades (Poço Rodrigo, Ribeiro da Cal, Casa Branca...), encostas onde não se efectuaram as intervenções necessárias e continuam a colocar em perigo pessoas e habitações (Caminho do Moinho, Três Paus, Escadinhas da Estrela, Tornos, Ribeiro da Cal...). Para salvaguarda de um mais rápido socorro às populações, algumas novas acessibilidades poderiam ser pensadas e planificadas (nos Lombos, por exemplo). São muitas indefinições que só prejudicam as populações colocadas na incerteza e na insegurança. É com muita preocupação que assistimos ao arrastar destas questões. Com os problemas económicos e financeiros que o País e em particular a Região Autónoma da Madeira atravessam, tememos que os investimentos necessários e ainda não concretizados possam ser ainda mais retardados, correndo-se o risco de nova situação idêntica colocar novamente em profundo perigo as populações e os seus bens e haveres. É urgente definir e concretizar o mais rapidamente possível um conjunto de intervenções que não podem ser mais tempo adiadas ou esquecidas. Assim, solicitamos a clarificação das seguintes questões: - Qual o ponto da situação referente à “Lei de Meios”? Estão perspectivados novos contratos programa entre o Governo Regional e a Câmara Municipal do Funchal visando obras de reconstrução ainda a efectuar? – Tendo

em conta que foram elaborados relatórios quer pelo Governo Regional, quer pela Câmara Municipal do Funchal, que medidas resultantes da articulação entre os diversos levantamentos e estudos serão aplicadas para fazer face aos problemas inventariados? – Qual a calendarização das obras previstas?”.-----

---O Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, interveio para dar algumas explicações. Enumerou as diversas obras candidatas à Lei de Meios que estão a decorrer e que ascendem a um montante de um milhão e duzentos mil euros – remoção do aterro da Praia Formosa, recuperação do jardim da Praça de Tenerife, construção do talude do Curral Velho e construção dos taludes no Sítio dos Lombos (Monte). Mais informou que, em relação às duas primeiras obras foi já aprovado o apoio por parte do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), aguardando-se com brevidade a decisão em relação à obra do talude do Curral Velho. No que concerne ao corrente ano, estão previstos no Plano plurianual de Investimentos – PPI, os trabalhos relativos ao talude da Rua Professor Eleutério de Aguiar, Caminho da Fundoa (junto ao Caminho das Voltas) e talude da Levada dos Tornos, no montante total de oitocentos mil euros a candidatar também à Lei de Meios. Por último, está ainda prevista a candidatura para recuperação da rede eléctrica do Mercado dos Lavradores e do Núcleo Museológico do Açúcar.-----

---Acrescentou ainda que todas as medidas tomadas são consequência directa dos estudos efectuados.-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU – Atribuição do nome de uma biblioteca ou pólo de leitura do Concelho do Funchal, à Dra. Maria Margarida Macedo Silva enquanto autora e pedagoga:** - Presente Proposta de Resolução da CDU, que abaixo se transcreve:-----

---“Maria Margarida Macedo Silva é natural da freguesia do Monte, no Funchal, onde nasceu em 1931, e licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1953), tendo ali ainda completado o curso de Ciências Pedagógicas em 1972. Para além da Língua Portuguesa, Margarida Silva domina igualmente os idiomas de inglês e castelhano. Foi professora do Ensino Secundário, e realizou em La Rochele (França) um estágio de aperfeiçoamento (Université de Poitiers). Foi fundadora e directora da rede de bibliotecas infanto-juvenis “O Jardim” (1979-1995) e do Centro de Educação Permanente “Árvore”, onde desenvolveu importantes acções de alfabetização para adultos, seguindo moldes modernos e orientando-se pelos princípios preconizados pela UNESCO. São-lhe conhecidas igualmente várias actividades no campo cultural, prefaciando e apresentando obras literárias, assim como fazendo comunicações e conferências em diferentes instituições nacionais e estrangeiras, e publicou igualmente diversos trabalhos na imprensa regional e em revistas portuguesas e estrangeiras. Está integrada, como poetisa, em várias antologias, e tem diversos livros publicados nos domínios da Poesia, do Ensaio e da Pedagogia. Foi, durante largos

anos, delegada para a Região Autónoma da Madeira da SLP – Sociedade de Língua Portuguesa, implementou várias acções culturais, com destaque para o centenário do nascimento do poeta João Cabral do Nascimento, homenagens a diversos autores e a celebração de várias efemérides. Sob o pseudónimo literário de “Magda-Flor” e o heterónimo “Maris”, publicou uma apreciável obra poética na qual, para além de contemplar a sua língua materna, constam igualmente poemas em Francês, castelhano, Inglês e Alemão. A todos os seus livros de Poesia, grande parte deles com edições esgotadas, foram concedidos prémios em Portugal e no estrangeiro. Assim, a Câmara Municipal do Funchal, em reconhecimento pela sua actividade enquanto autora e pedagoga e pelo seu contributo para a valorização da Educação e da Cultura, decide atribuir o nome de Maria Margarida Macedo Silva a uma das bibliotecas ou pólos de leitura do concelho do Funchal”.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. Ao Departamento de Cultura a fim de indicar qual o espaço a considerar.-----

----- - **Voto de Protesto da CDU, contra o Plano de Ajustamento Financeiro para a Região Autónoma da Madeira:**

- Foi colocado à discussão uma proposta de “Voto de Protesto contra o Plano de Ajustamento Financeiro para a Região Autónoma da Madeira”, que se transcreve:-----

---“No passado dia 27/01/2012, o Presidente do Governo Regional e o Secretário Regional do Plano e Finanças deram a conhecer o

denominado “Plano de Ajustamento Financeiro para a Região Autónoma da Madeira”, celebrado anteriormente entre o Governo da República e o executivo regional. Este acto constitui uma capitulação e rendição do Governo Regional perante um caderno de exigências que, no essencial, constitui uma agressão ao Povo e aos Trabalhadores madeirenses e portosantenses. Estamos perante um plano que, em toda a linha, potencia a exploração e o empobrecimento da Região e da população e objectivamente justifica a liquidação de direitos, a alienação de património público, empresas e serviços e o roubo de rendimentos a quem aqui reside e desenvolve a sua actividade profissional. O impacto negativo deste Plano agora subscrito consubstancia-se na necessidade de reduzir despesas, aplicando medidas que, na prática irão prejudicar seriamente e gravemente, sectores fundamentais para o futuro da Região Autónoma da Madeira. A par da perda de poder compra e qualidade de vida que afectará milhares de funcionários públicos, já fortemente afectados por anos de congelamento de salários, de impedimento de progressão nas suas carreiras, entre outros factores igualmente penalizadores, e que agora são confrontados com a suspensão dos subsídios de Natal e de férias ou a revogação do subsídio de insularidade aos quais se junta a redução do número de trabalhadores em, pelo menos, 2% ao ano, surgem outras medidas e compromissos assumidos que permitirão, de uma forma geral, aumentar as dificuldades das famílias madeirenses e portosantenses e que resultam em imposições como

o aumento das três taxas do IVA já a partir de Abril deste ano, a sobretaxa adicional de 15% sobre o Imposto sobre produtos Petrolíferos, o aumento em toda a linha dos transportes públicos ou a aplicação das “encapotadas” taxas moderadoras na Saúde. Às medidas acresce a elaboração de um programa de privatizações de empresas e serviços públicos essenciais para a população, para o seu dia-a-dia, para a actividade económica geral e que pode abranger o grupo “Horários do Funchal”, a Empresa de Electricidade ou os Cimentos Madeira, entre outros. Não é aceitável nem concebível este plano cujas consequências, inevitavelmente, conduzirão a uma recessão sem precedentes, ao aumento de desemprego, a falências em série e ao definhamento da actividade económica e empobrecimento generalizado. Reafirmamos que não é com o aumento dos impostos sobre o consumo, com a negação do direito à saúde, à educação, à mobilidade e aos transportes públicos que se assegurarão as condições de vida com dignidade e a qualidade de vida aos trabalhadores, aos reformados e pensionistas e ao povo madeirense e portosantense. Assim, face aos prejuízos incalculáveis e ao sério agravamento das condições de vida do povo e dos trabalhadores, a Câmara Municipal do Funchal, manifesta o seu protesto face à assinatura deste Plano de Ajustamento Financeiro e às consequências negativas que advirão para o futuro da Região Autónoma da Madeira, dos trabalhadores e das populações em geral”.

---O Senhor Vereador do CDS/PP, Lino Abreu, interveio dizendo

ser favorável ao voto de protesto. Contudo, em sua opinião, é necessário falar do passado, nomeadamente quem se pôs a jeito para que isto acontecesse e que foi agora estender a mão ao Governo da República. Na sua opinião, a Madeira é que foi responsável por esta situação, devido à falta de rigor das contas públicas nos últimos dez anos.-----

---Intervindo o Senhor Vereador do PS, Rui Caetano, afirmou que fizeram-se obras inúteis, desvios e desperdícios do Governo Regional nos últimos anos, sendo a responsabilidade total desta situação do referido Governo Regional. Afirmou, no entanto, que há na verdade uma atitude de revanchismo do Governo da República contra os Madeirenses, porque a situação no Continente não é melhor e a Madeira não pode ser a culpada de tudo.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador Eduardo Welsh, do PND, disse que a responsabilidade do Plano é de uma única pessoa. Referiu, aliás, que ninguém conheceu o Plano, nem a própria Assembleia Regional, sublinhando nada terem aprendido porque tudo continua igual, o que é de lamentar. “As prioridades e a estratégia são as mesmas, e agora até querem gastar mais quinze milhões num paredão no aterro”, afirmou.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Presidente esclareceu dizendo que, não se pode comparar a dívida directa e indirecta da Madeira com a dívida directa do Estado Português. Deu como exemplo os números irrefutáveis e muito claros que constam da Conta Geral do Estado publicado em Junho de 2011: “**Dívida Pública**”

Portuguesa - Administração Central (Directa) - 179.891.00 M€, Sector Empresarial do Estado - 165.882.10 M€ - Autarquias 7.458.70M€ = **348.231.80 M€**; **Dívida Pública da RAM** Administração Regional (GR+SFA) - 3.089.00 M€; Sector Empresarial RAM - 2.953.00M€; Autarquias + SEL - 286.00 M€ = **6.328.00 M€**; **Dívida Directa e Indirecta em percentagem do PIB - 2010** - Estado Português - 214, 92% ; Região Autónoma da Madeira - 121,13%; **Estado Português - Dívida per capita** - População - 10.047.083 habitantes; Dívida per capita - 34.659,99€/ habitante; **Região Autónoma da Madeira - Dívida per capita** - População RAM - 267.785 habitantes; Dívida per capita - 23. 630,90 €/habitante”.

---Continuando acrescentou ainda: “Há um problema neste Plano de Ajustamento, ou seja, se a ideia é aumentar as receitas fiscais, tínhamos de ter no Plano um quadro de referência para aumentar as receitas da Região. É preciso encontrar um modelo rapidamente para resolver este problema, de outro modo o plano não é exequível. Ou temos e oferecemos condições objectivas para criarmos receitas dentro do quadro da União Europeia ou então o país terá de pagar e resolver o problema se quiser ter Ilhas. A questão da Zona Franca da Madeira é fulcral para a economia, porque são mais de cem milhões de euros/ano que deixamos de arrecadar”.

--- - Colocada à votação, foi a proposta rejeitada por maioria, com os votos contra do PSD, devido a discordância com os

considerandos da proposta.-----

2 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA: - Considerando a informação do Departamento de Trânsito (refª 73/DT/12), constante do processo requerido por Miguel Viveiros (procº 5302/12), para a prorrogação da licença de ocupação da via pública com tapume na Rua do Carmo (Edifício Multifuncional Unibasket), a Câmara deliberou deferir, por maioria, com abstenção do PND.-----

3 – URBANISMO:-----

-----**3.1 – Obras Particulares:** (O processo agendado sob o número 46 foi retirado).-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Director do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

NOTA: Acta publicada nos locais de estilo, através do Edital nº 48/2012